

Concursos públicos para seleção docente



Qualidade dos concursos públicos para seleção de docentes da Educação Básica no Brasil

Novembro/2024

EXPEDIENTE

Priscila Cruz

Presidente-Executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-Executivo

Gabriel Corrêa

Diretor de Políticas Públicas

Ivan Gontijo

Gerente de Políticas Educacionais

COORDENAÇÃO GERAL

Natália Fregonesi

Coordenadora de Políticas Educacionais

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Daniel Corrá

Gerente de Comunicação Especializada

Bruna Rodrigues

Coordenadora de Comunicação Técnico Política

ELABORAÇÃO

Ana Carolina Lorentz de Carvalho

Consultora externa

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. METODOLOGIA.....	6
2.1 Amostra.....	6
2.2 Categorias de análise.....	6
3. RESULTADOS.....	22
3.1 Sistematização das etapas dos concursos.....	22
3.2 Análise das provas objetivas.....	25
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	26
REFERÊNCIAS.....	29
ANEXO.....	30

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo, conduzido pelo Todos Pela Educação, analisa os últimos concursos públicos para seleção de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, de Língua Portuguesa e Matemática, realizados pelas redes estaduais de ensino e pelas redes municipais das capitais. Essa análise teve dois objetivos principais: (i) Identificar as **etapas presentes** nos concursos públicos de cada rede de ensino e (ii) Classificar os **conteúdos cobrados** nas questões das provas objetivas.

Os resultados indicam que a maioria das redes de ensino utiliza, como instrumentos de seleção, provas objetivas e discursivas e provas de títulos. **Apenas 4 redes estaduais e 5 redes municipais aplicam provas práticas, em que os professores fazem uma demonstração de aula.** Em relação à análise das provas objetivas, elas são compostas, em grande parte, por **questões que exploram temáticas relacionadas ao conhecimento de conteúdo (entre 65% e 70% do total), por exemplo, avaliam o conhecimento sobre matemática de um futuro professor da disciplina.** Os 30% restantes da prova se dividem em questões sobre conhecimento pedagógico (cerca de 17%), Legislação (de 6% a 9%), Diversidade e Inclusão (de 2% a 3%), História e Geografia locais (3% nas redes estaduais) e conhecimento pedagógico do conteúdo (cerca 3%).

Diante desse cenário, o estudo traz algumas recomendações:

Para o concurso público em geral:

- Incluir uma etapa de prova prática, de maneira que seja possível avaliar as competências docentes e também o conhecimento pedagógico do conteúdo (o que e como ensinar os objetivos de aprendizagem presentes nos currículos) de forma mais aprofundada.

Para as provas objetivas:

- Aumentar o número de questões que tratem sobre conhecimento pedagógico do conteúdo, que é o cerne das competências docentes (conhecer o currículo e como ensiná-lo);
- Fazer uma distribuição mais equilibrada entre as categorias que as compõem, diversificando também os conteúdos abordados em cada eixo temático;
- Ampliar o quantitativo de questões sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais;
- Priorizar temas fundamentais que o professor precisa dominar ao ingressar na rede pública de ensino, reduzindo o número de questões sobre normas administrativas ou burocráticas que não sejam essenciais para o exercício da docência.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo avaliar qualitativamente os concursos públicos realizados pelas redes estaduais e municipais de ensino para a contratação de professores, a partir da **análise dos instrumentos de avaliação que compõem cada um dos concursos e das provas objetivas aplicadas, examinando a composição das questões presentes com base em categorias de análise** fundamentadas na literatura especializada. Cabe destacar que este estudo não se propõe a avaliar a qualidade dos itens das provas, mas sim a oferecer uma visão ampla sobre a distribuição das questões das provas objetivas, conforme a categorização proposta.

O estudo avalia os últimos concursos realizados para seleção de professores de Anos Finais do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa e Matemática realizados pelas redes estaduais e o Distrito Federal, e as provas das redes municipais das capitais. A opção pelos concursos de Língua Portuguesa e Matemática dos Anos Finais se deu pela oferta desta etapa ocorrer tanto por estados, responsáveis por 39,9% das matrículas, quanto por municípios, 44,4%¹, possibilitando avaliar perfis distintos de concursos públicos. Além disso, estas disciplinas representam um percentual expressivo de professores nas redes de ensino, o que, por consequência, corresponde a uma quantidade significativa das seleções via concurso público realizadas no país. Destaca-se que esta pesquisa engloba apenas concursos públicos para provimento efetivo, não sendo consideradas as provas aplicadas para a seleção de professores temporários.

¹ Fonte: Censo Escolar de 2023.

2. METODOLOGIA

2.1 Amostra

A seleção da amostra partiu da busca pelos últimos concursos realizados e finalizados pelas redes estaduais de ensino e pelas redes municipais das capitais, até o mês de setembro de 2024. Não foram considerados concursos em andamento sem o resultado homologado. Também se considerou a divisão da oferta dos Anos Finais entre as redes estaduais e municipais. No caso de estados cujas redes estaduais ofertem integralmente os Anos Finais (portanto, sem concursos realizados por redes municipais), as redes municipais das capitais não foram consideradas na amostra.

No caso das redes estaduais, todos os 27 editais foram localizados, e, desses concursos, foi possível analisar as provas de 23 estados². Já para os municípios, foram analisados editais e provas de 19 capitais³, oferecendo uma visão representativa dos concursos em nível nacional.

2.2 Categorias de análise

a) Revisão da literatura para construção das categorias

A construção das categorias analíticas foi pautada na reflexão sobre os conhecimentos esperados de um professor no momento do ingresso nas redes de ensino. O concurso público, além de sua função fundamental de selecionar profissionais capacitados que ingressarão como servidores públicos, possui também um papel direcionador sobre o que é esperado no momento da admissão. No caso dos professores, a necessidade de alinhar teoria e prática a fim de melhorar a qualidade da Educação ofertada aos estudantes torna fundamental a avaliação destes conhecimentos nas provas aplicadas.

Embora não haja estudos específicos sobre o que avaliar no momento do ingresso do docente nas redes públicas, alguns artigos trazem reflexões relevantes e orientaram a proposição das categorias. Entre eles, a pesquisa coordenada por Gatti (2009), em que foram analisados

² Estados cujas provas não foram encontradas e/ou disponibilizadas após pedido via Lei de Acesso à Informação: MA, MS, PB e RS.

³ Capitais cujas provas não foram encontradas e/ou disponibilizadas ou onde os Anos Finais são ofertados pela rede estadual: Rio Branco, Macapá, Porto Velho, Palmas, Aracaju, Belém, Campo Grande e Cuiabá.

currículos de cursos de licenciatura e editais de concursos (Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas), focando nas etapas de avaliação, referências bibliográficas, além de tendências de cobranças em algumas dessas provas. Na análise dos concursos, concentrou-se na análise dos editais, contemplando etapas (ou tipos de provas aplicadas) e bibliografias. Foram analisados 35 editais de concursos para professores de Língua Portuguesa (18 estaduais e 17 municipais) e 36 editais de concursos para professor de Matemática (18 estaduais e 18 municipais), realizados entre os anos de 2002 e 2008, além dos concursos nas áreas de pedagogia e ciências biológicas.

As categorias de análise no estudo coordenado por Gatti foram criadas para classificar a organização da bibliografia dos concursos analisados, seja para docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seja para Língua Portuguesa, Matemática e Ciências dos Anos Finais do Ensino Fundamental, sendo as seguintes: fundamentos gerais da Educação; fundamentos específicos das disciplinas; Legislação; currículo, planejamento e avaliação; didáticas específicas, metodologia e práticas pedagógicas; Língua Portuguesa; alfabetização; Matemática; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação Especial e outros saberes.

Na pesquisa, houve também análise de provas, entretanto a metodologia não elucida quais e o número de exames analisados, mas traz exemplos de questões e apresenta tendências. Em relação aos conteúdos abordados nas provas, a pesquisa concluiu que o conhecimento sobre Legislação e conteúdo específico do Ensino Básico predominavam e questões sobre a prática docente eram praticamente ausentes.

Na esteira dos artigos que contemplam temas correlatos à seleção dos professores, foram utilizados como referência o livro “O papel da prática na formação inicial de professores” (Instituto Península, 2019) em especial o texto escrito pela pesquisadora Bárbara Born “Transformar a formação de professores pela prática: um desafio possível”. Nele, a autora destaca como a mudança da perspectiva formativa dos professores, mais centrada na prática, pode contribuir para a superação do atual abismo entre teoria e prática. Ela destaca que “existe uma diferença entre conhecer o conteúdo para si e conhecer o conteúdo para ensinar” (BORN, 2019) e traz o conceito de Conhecimento Pedagógico de Conteúdo, cunhado por Shulman (1986,1987), fundamental para pensar os conhecimentos necessários para ensinar os conteúdos disciplinares.

No mesmo sentido, refletindo sobre a mudança de perspectiva sobre a formação docente, propõe-se uma articulação entre três eixos: conhecimento sobre os alunos e como eles aprendem e se desenvolvem em diferentes contextos sociais; conhecimento disciplinar e sobre o currículo; e conhecimento sobre o ensino (DARLING-HAMMOND; BRANSFORD, 2005). Assim, tão importante quanto saber o conteúdo a ser ensinado é conhecer os estudantes, seus conhecimentos prévios e contextos a fim de mobilizar estratégias que ajudem na apropriação de conhecimentos complexos (BORN, 2019). Esses eixos se articulam e

interagem a fim de promover uma formação que proporcione ao professor repertório para agir no exercício de suas funções. O Conhecimento Pedagógico de Conteúdo (CPC) compõe a interseção entre eles, constituindo os “conhecimentos necessários para ensinar os conteúdos disciplinares e que são a base do ensino e aprendizagem dos alunos”. O referido artigo propõe reflexões e uma nova perspectiva sobre a formação inicial dos professores, a qual está alinhada às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura homologadas em maio de 2024 e com o disposto na Portaria nº 610/2024 sobre a reformulação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a ser aplicado aos concluintes dos cursos que formam professores no Brasil a partir deste ano. Ambos os documentos reforçam a coerência esperada entre o que é ensinado nos cursos de licenciatura e a posterior avaliação destes estudantes, no momento de ingresso nas redes públicas de ensino.

Outro estudo realizado pelo Instituto Singularidades e a Fundação Carlos Chagas analisou e categorizou as questões que compuseram as provas do Enade aplicadas aos cursos de formação docente nos anos de 2014, 2017 e 2021 das áreas de Pedagogia e Licenciaturas em História, Matemática e Química. Nele, os pesquisadores apresentam categorias de análise em dois níveis, sendo um relacionado à natureza dos conteúdos avaliados e, o segundo, em relação à BNC-Formação. O primeiro nível está relacionado aos saberes mobilizados pelas questões e toma por base os conhecimentos sobre a docência e sobre conhecimentos pedagógicos de conteúdo propostos por Darling-Hammond e Bransford (2005) e Shulman (1987), dialogando diretamente com o objetivo de avaliar qualitativamente os concursos públicos docentes desse estudo.

Assim, considerando o referencial teórico apresentado, bem como as mudanças nas diretrizes sobre a formação inicial e continuada dos professores no Brasil, optou-se pela seguinte categorização: “Conhecimento do Conteúdo”, “Conhecimento Pedagógico de Conteúdo” e “Conhecimento Pedagógico”.

Não obstante, a partir da análise dos conteúdos programáticos previstos em editais de diversos concursos docentes, bem como das conclusões apontadas por Gatti (2009), observou-se a necessidade de inclusão da categoria “Legislação” a fim de abarcar tanto as questões que tratam de normas de natureza educacional, como normas relacionadas às diretrizes e políticas educacionais e não educacionais, tais como normas específicas da carreira do magistério, leis orgânicas, entre outras.

Ademais, com a finalidade de mapear como aparecem tópicos relacionados à temática da diversidade e da inclusão nos concursos realizados pelas redes públicas de ensino, adicionou-se a categoria “Diversidade e Inclusão”. Como subcategoria, “Diversidade - Educação para as Relações Étnico Raciais (Erer)” a fim de realizar um levantamento do quanto esse tema fundamental para superação das desigualdades é abordado nos concursos docentes. Destaca-se a Lei nº. 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de

História da África e da Cultura Africanas e Afro-Brasileiras no currículo da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais de 2004, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2009, entre outras normas que trouxeram orientações robustas para sua implementação, mas que ainda enfrenta muitos desafios para sua efetivação.

Por fim, a categoria “História e Geografia locais”, visa classificar questões que abordem particularidades regionais, sejam relacionadas a aspectos históricos ou geográficos dos territórios.

Dessa forma, considerando as referências bibliográficas que norteiam este estudo e as tendências que orientam a normatização sobre a formação de professores no Brasil, são apontadas seis categorias de análise⁴:

- Conhecimento do Conteúdo
- Conhecimento Pedagógico
- Conhecimento Pedagógico do Conteúdo
- Legislação
 - Legislação educacional
 - Legislação não educacional
- Diversidade e Inclusão
 - Educação para as Relações Étnico-Raciais
- História e Geografia locais.

b) Categorias de análise e ementas

Apresenta-se abaixo as categorias analíticas que nortearam a análise e categorização dos itens que compõem as provas dos concursos selecionados, além de exemplos de questões retiradas das provas.

- **Conhecimento do Conteúdo:** contempla as questões focadas nos conhecimentos de conteúdos e conhecimento de teorias do campo disciplinar. Reúne as questões que mobilizam saberes disciplinares e aspectos teóricos dos campos disciplinares específicos.

⁴ Embora seja possível que algumas questões pertençam a duas categorias concomitantemente, para fins de simplificação, cada questão foi classificada em apenas uma categoria.

Exemplos de questões:

Acerca das funções reais, julgue os itens a seguir.

- 56 Se $f(x) = \frac{(x^2-9)}{(x-3)}$ e $g(x) = x + 3$ são funções reais, então, $f(x) = g(x)$ para todo número real x .
- 57 Considere que f e g sejam funções reais, de modo que $g(x) = \frac{(x+3)}{x}$ e a composição $(f \circ g)(x) = x^2$. Com base nessas informações, conclui-se que $f(x) < \frac{10}{(x-1)^2}$.
- 58 O domínio da função $f(x) = \frac{1}{\sqrt[3]{x - \frac{1}{x}}}$ é o conjunto $\{x \in \mathbb{R} / x \neq -1, x \neq 0 \text{ e } x \neq 1\}$.
- 59 Sendo a e b números reais não nulos, de modo que a função $f(x) = a \cdot e^{bx} - 2$ seja decrescente, então, necessariamente, o produto de a por b é um número negativo.
- 60 A função $f(x) = 2|x + 3| - 5$ é uma função par.

Fonte: Prova de Matemática - Alagoas, 2021 (Cebbraspe).

69. Assinale a única opção que está na ordem canônica da língua portuguesa.

- A) "A racha é na sintaxe." (linhas 36-37)
- B) "Teimava o povo em permanecer empapado no chafurdeiro da corrupção..." (linhas 3-4)
- C) "Naquela tábua um dislate existe que seriamente à língua lusa ofende." (linhas 27-28)
- D) "Fogem ali os dizeres à sã gramaticalidade." (linhas 37-38)

Fonte: Prova de Língua Portuguesa - Ceará, 2018 (UECE).

- **Conhecimento Pedagógico:** contempla as questões focadas em conhecimentos sobre como os estudantes aprendem e os processos envolvidos no desenvolvimento e

aprendizagem. Compreende os conhecimentos sobre como se dá o desenvolvimento e aprendizagem das crianças e adolescentes, bem como suas perspectivas teóricas. Conhecimentos sobre fundamentos educacionais e teorias da didática, conhecimentos gerais sobre a estrutura e os princípios norteadores dos documentos curriculares (Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum Curricular e Currículos Estaduais). Conhecimento sobre processos de ensino, didática e avaliação de aprendizagem, incluindo domínio de tecnologias digitais de informação e comunicação aplicadas ao desenvolvimento da aprendizagem, além dos conhecimentos sobre os princípios e fundamentos legais da organização e gestão escolar.

Exemplos de questões:

14. Segundo Vygotsky, o desenvolvimento dos alunos ocorre, em seus vários aspectos (como o afetivo e o cognitivo, por exemplo), sobretudo em razão
- (A) das interações sociais das crianças com alguém, adultos ou crianças, mais experiente da cultura.
 - (B) da exposição a aulas bem estruturadas, nas quais as ideias centrais são bem ilustradas.
 - (C) da ação da escola, porque as famílias são muito desiguais em termos de escolaridade formal.
 - (D) da família, que assiste e dá apoio à criança para se desenvolver integralmente.
 - (E) do enfrentamento dos desajuste emocionais encontrados em cada estágio de desenvolvimento.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Espírito Santo, 2022 (FCC).

07. De acordo com a *Diretriz Curricular de Tecnologia e Informação* (2019), a web 2.0 apresenta novas características quando comparada à web 1.0, que afetam as práticas nos ambientes digitais e levam ao desenvolvimento tanto de uma "nova técnica" quanto de um "novo ethos". Como "novo ethos", entende-se que
- (A) o indivíduo é a unidade de produção, conhecimento e competência, sendo a sua formação em sua individualização a base fundamental de uma pedagogia digital de transformação da realidade do aluno.
 - (B) os textos estão em crescente complexidade, implicando um ordenamento textual, com gêneros e modalidades bem delimitados, de modo que os estudantes possam saber quando utilizar cada tipo.
 - (C) o conhecimento está localizado em pessoas e instituições, o que exige um planejamento e uma atuação pedagógica cada vez mais estáveis e perenes ante as novas configurações de acesso aos conteúdos digitais.
 - (D) o espaço-tempo deve ser tratado de modo encapsulado e bem segmentado frente a propósitos específicos, cuja gestão permite direcionar as mais diversas ferramentas à produção.
 - (E) as práticas sociais contemporâneas exigem novas formas de participação, colaboração e distribuição, em que instituições não formais também são responsáveis pela produção e disseminação de conteúdos no cotidiano digital.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - São Paulo, 2023 (Vunesp).

- **Conhecimento Pedagógico do Conteúdo:** é a interseção entre o conhecimento do conteúdo e o conhecimento pedagógico e contempla questões focadas em estratégias sobre como ensinar determinado conteúdo. Engloba os conhecimentos sobre os princípios, as abordagens teóricas e linhas de pensamento ou perspectivas pedagógicas específicas sobre como ensinar, conhecimentos sobre as estratégias de ensino e conhecimentos aplicados à mobilização dos documentos curriculares específicos das áreas do ensino (inclui os itens que abordam de que forma os currículos de Língua Portuguesa ou Matemática estão estruturados), conhecimentos sobre estratégias aplicadas e mais adequadas ao ensino de tópicos específicos, conhecimentos sobre como os alunos aprendem determinados tópicos e suas possíveis incompreensões.

Exemplos de questões:

Em relação às competências específicas apresentadas no Currículo de Pernambuco para o componente curricular de língua portuguesa nos ensinos fundamental e médio, bem como para a área de linguagens e suas tecnologias, julgue os itens a seguir.

- 101** No ensino de língua portuguesa no ensino fundamental, devem-se priorizar atividades que desenvolvam a linguagem escrita, seja do ponto de vista de reprodução de leituras, seja de produção textual, visto que, nessa fase do processo de ensino-aprendizagem, o trabalho pedagógico com outras formas de linguagem, tais como a oral ou a visual-motora, cabe a outros componentes curriculares, não estando previsto no currículo específico de língua portuguesa.
- 102** No ensino fundamental, a competência consistente em conhecer e explorar diversas práticas de linguagem está relacionada à ampliação das possibilidades de participação na vida social.
- 103** É competência específica da área de linguagens compreender que estas são construções humanas, históricas, sociais e culturais, com natureza dinâmica.
- 104** O objetivo específico do trabalho com textos jornalísticos nas aulas de língua portuguesa no ensino médio é desenvolver nos estudantes a competência de apreciar esteticamente produções artísticas e culturais que valorizem características locais.
- 105** O ensino da gramática da língua portuguesa contribui para o desenvolvimento da compreensão dos estudantes em relação ao funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais, bem como da mobilização desses conhecimentos no processo de recepção e produção de textos nos diversos âmbitos de atuação social.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa - Pernambuco, 2022 (Cebraspe).

77. As diversas atividades preconizadas pela implementação da Metodologia da Resolução de Problemas no processo de aprendizagem da Matemática ensejam a aproximação do conhecimento cotidiano com o conhecimento sistemático e estruturado tratado no processo educacional, a maior visibilidade do significado dos assuntos objetos de estudos, a otimização do relacionamento entre os agentes e atores do processo, a abordagem prazerosa e estimulante para a aprendizagem, entre outros pontos relevantes. A Metodologia da Resolução de Problemas, como analisada e observada por inúmeros estudiosos de Teorias Educacionais, adota diversas etapas e procedimentos na sua aplicação.

Considerando os procedimentos envolvidos na resolução de problemas, analise os seguintes itens:

- I. recolhimento de informações sobre a situação abordada e compreensão do problema;
- II. concepção e formulação de um plano de solução, incluindo a tradução da situação enfocada para a linguagem matemática, e escolha da estratégia a ser seguida;
- III. execução do planejamento estabelecido, incluindo a seleção dos procedimentos matemáticos úteis, até a resolução propriamente dita do problema;
- IV. verificação da resolução e/ou comprovação das conclusões e resultado(s) alcançado(s) incluindo a releitura da proposição inicial da situação – problema, a adequação das conclusões construídas e/ou a validação da(s) resposta(s) obtida(s).

Corresponde a procedimento apropriado e coerente com a solução de problemas o que consta em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) I, III e IV apenas.

Fonte: Prova de Matemática - Ceará, 2018 (UECE).

- **Legislação:** contempla tanto as questões focadas em Legislação educacional, quanto Legislação de forma ampla.
 - **Legislação educacional:** abrange conhecimentos sobre políticas públicas, estrutura e funcionamento do sistema educacional brasileiro, como ele se

organiza, diretrizes e políticas educacionais, bem como o papel das avaliações externas, seus objetivos e características. Aplica-se a leis, regulamentações e políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos na Educação Básica (PNEDH), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros.

Exemplos de questões:

11

Com base na Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as seguintes afirmativas acerca da educação básica estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- (B) São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores.
- (C) A escola poderá reclassificar os alunos tendo como base as normas curriculares gerais, exceto quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior.
- (D) A carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (E) Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Amapá, 2022 (FGV).

15. Os sistemas municipais de ensino compreendem
- I. As instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo poder público municipal.
 - II. Somente as instituições de educação infantil mantidas pelo poder público municipal.
 - III. As instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.
 - IV. Os órgãos municipais de educação.
 - V. As instituições de ensino fundamental e de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.
- São **VERDADEIROS** os itens
- a) I, III e IV.
 - b) II, III e V.
 - c) II, IV e V.
 - d) I, II e V.
 - e) I, II e IV.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Piauí, 2014 (UESPI).

- **Legislação não educacional:** abrange conhecimentos sobre a Legislação brasileira não pertencentes à regulamentação das políticas educacionais. Aplica-se às questões que envolvam conhecimentos sobre os regimes jurídicos dos servidores públicos, disposições sobre os estatutos do magistério, planos de cargos e salários, além de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Maria da Penha, o Código Penal, entre outros.

Exemplos de questões:

19. Segundo a Lei Maria da Penha, o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, visando preservar sua integridade física e psicológica,
- (A) acesso a auxílio financeiro, garantido pelo Estado, para vítimas sem vínculo empregatício ou que não possuam fonte de renda, necessário à sua sobrevivência e de seus filhos ou outros dependentes.
 - (B) a manutenção de seu vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até um ano, mediante apresentação de registro de ocorrência ou do processo de violência em curso.
 - (C) acesso facilitado à lista de remoção, quando a vítima for funcionária pública, concedendo-lhe, ainda, prioridade em relação aos funcionários do gênero masculino.
 - (D) prioridade para matricular dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio ou para transferi-los, mediante apresentação de registro de ocorrência ou do processo de violência em curso.
 - (E) o sigilo do processo, para qualquer finalidade, salvo se autorizado por autoridade judiciária outra, com o objetivo de fazer prova em processo criminal distinto daquele em que se apura a violência doméstica e familiar.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Bahia, 2022 (FCC).

18

O responsável por determinada instituição de longa permanência destinada a pessoas idosas, deixou de comunicar à autoridade competente três casos de crimes de que teve conhecimento contra essas pessoas. Quando os casos se tornaram públicos, o referido responsável procurou o seu advogado e solicitou informações se teria praticado alguma infração administrativa.

O advogado respondeu corretamente que o responsável praticou

- (A) crime, não infração administrativa, sendo o procedimento iniciado pela Polícia Judiciária.
- (B) apenas infração administrativa, e o procedimento será iniciado pelo juízo da Vara de Proteção à Pessoa Idosa.
- (C) infração administrativa, e o procedimento será iniciado por requisição do Ministério Público ou auto de infração.
- (D) crime e infração administrativa, sendo o procedimento relacionado a ambos iniciado pelo juízo da Vara de Proteção à Pessoa Idosa.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Minas Gerais, 2023 (FGV).

- **Diversidade e Inclusão:** contempla todas as questões relacionadas à temática da diversidade (raça, gênero, orientação sexual), multiculturalismo (diversidade cultural, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras) e da inclusão, relacionada relacionada à promoção da inclusão educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro do autismo, altas habilidades ou superdotação.

Exemplos de questões:

17

Y, pessoa com deficiência regularmente matriculada no ensino fundamental da Escola Estadual Beta, informou à sua professora, o que chegou ao conhecimento da Secretaria Estadual de Educação, que necessitava de um suporte, comercializado no mercado, que contribuísse para firmar o lápis e a caneta em sua mão, permitindo-lhe escrever.

À luz da sistemática legal vigente, é correto afirmar que Y

- (A) precisa se adaptar às suas deficiências, sendo que a Escola deve aceitar que manifestações verbais sejam apresentadas nas avaliações.
- (B) necessita de uma tecnologia assistiva, de modo a assegurar a sua autonomia no ambiente escolar.
- (C) tem o direito subjetivo ao suporte material inclusivo, de modo a assegurar a sua plena integração.
- (D) tem o direito subjetivo a uma adaptação razoável, de modo a assegurar a igualdade de oportunidades com os demais alunos.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Minas Gerais, 2023 (FGV).

11

“Pedrinho brinca de comidinha durante um momento de recreação na escola. A professora da classe se preocupa. Este menino estava sendo desvirtuado e, certamente, ia acabar ‘virando’ gay. O garoto, questionado sobre o porquê gostava tanto de brincar de cozinha, responde: ‘é porque eu quero ser chapeiro igual ao meu pai. O papai trabalha na chapa da padaria. Ele faz cada bife, professora!’ Apesar do nome fictício, o caso entre a professora e Pedrinho é real e ele se repete em outras escolas enquanto você lê esta matéria.”

O olhar de preconceito de nossa sociedade está à espreita em todos os cantos, e as instituições de ensino nem sempre escapam dessa afirmação: 99,3% das pessoas em ambiente escolar são preconceituosas, segundo pesquisa da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), em parceria com o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). No exemplo, a preocupação da professora pode ser considerada:

- A) Discriminação homofóbica.
- B) Preconceito de gênero e de classe.
- C) Preconceito de gênero e de orientação sexual.
- D) Discriminação de orientação sexual e profissional.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Pará, 2018 (Consulplan).

- **Diversidade – Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer):** contempla as questões focadas em conceitos e normas relacionados à Erer. Contempla os conhecimentos sobre as diversas leis, documentos de orientação curricular e conceitos relacionados à perspectiva das relações étnico-raciais.

Exemplos de questões:

23

Com relação à Lei nº 10.639/03, que inclui o estudo da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ela tornou obrigatório o ensino dessa disciplina apenas nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental.
- II. Ela estabeleceu, entre os temas do conteúdo programático, os movimentos de emancipação dos negros e a participação do negro na formação social brasileira.
- III. Ela determinou que os conteúdos fossem ministrados apenas nas áreas de Educação Artística e de História do Brasil.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Amazonas, 2014 (FGV).

01. De acordo com Almeida (2017), o racismo estrutural

- (A) apresenta-se incontornável ante sua condição estruturante, que mantém inalteradas as amarras históricas e políticas, independentemente de esforços de ruptura.
- (B) é definido pela tese principal de que os conflitos raciais partem das instituições, hegemônicas por determinados grupos raciais, em detrimento de mecanismos políticos e legais.
- (C) parte da concepção de que o racismo é uma patologia, ou anormalidade, manifestada por indivíduos ou grupos racistas, cuja irracionalidade deve ser combatida principalmente pela lei.
- (D) centra-se no funcionamento particular e delimitado de cada instituição, que atua em uma dinâmica que confere privilégios ou desvantagens com base na raça.
- (E) enfatiza um processo histórico e político que cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - São Paulo, 2023 (Vunesp).

- **História e Geografia locais:** contempla as questões focadas em aspectos sociais, políticos, culturais, históricos e geográficos dos territórios.

Exemplos de questões:

- 21) “[...] que uns sertanistas da mesma comarca [de São Paulo] tinham feito um descobrimento no sertão que dava esperanças de grandezas de ouro e que este era em um sítio muito perto do Paraguai...” (CANAVARROS, Otávio. O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752). Cuiabá: UFMT, 2004, p. 168).

Tal trecho é encontrado nas cartas trocadas entre o conselho ultramarino e o rei D. João V e se referem aos anos iniciais da atual cidade de Cuiabá. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. As minas do Coxipó – Mirim, reconhecidas inicialmente por bandeirantes paulistas e os chamados “reinóis”, deu início em 1722 ao Arraial Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e em 1727 foi nomeada Vila.
- II. É sabido que a constituição populacional do Arraial Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e posteriormente, da Vila Real de mesmo nome, se caracterizava pela mescla entre indígenas, africanos escravizados, portugueses, e imigrantes de diversas áreas da colônia, principalmente da capitania de São Paulo.
- III. Após a nomeação da Vila Real Senhor Bom Jesus de Cuiabá inúmeras outras Vilas foram fundadas na Capitania de Mato Grosso devido a mineração, caracterizando-se como uma das mais populosas regiões da Colônia.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) II e III apenas
- c) I e III apenas
- d) II apenas
- e) I e II apenas

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Mato Grosso, 2017 (IBFC).

16

A respeito do território do estado do Tocantins, assinale a afirmativa correta.

- (A) Está subdividido em três regiões administrativas: Palmas, Araguaína e Miracema do Tocantins.
- (B) Disputa judicialmente a área da Chapada das Mangabeiras com o Estado da Bahia e do Piauí.
- (C) Faz parte da Amazônia Legal e sua cobertura vegetal é, predominantemente, de floresta pluvial de transição.
- (D) Possui um importante patrimônio histórico e cultural, como o conjunto urbano do centro histórico de Porto Nacional.
- (E) Localiza-se na Região Norte e tem como limites: Goiás, ao sul; Maranhão, Pará e Piauí, ao norte; Maranhão e Bahia, a leste; Mato Grosso, a oeste.

Fonte: Prova de Língua Portuguesa e Matemática - Tocantins, 2022 (FGV).

3. RESULTADOS

A pesquisa abrange todos os concursos públicos mais recentes, com resultados homologados, voltados à seleção de professores de Língua Portuguesa e Matemática para os Anos Finais do Ensino Fundamental nas redes estaduais e municipais de ensino. No caso das redes estaduais, todos os 27 editais foram localizados, e, desses concursos, foi possível analisar as provas de 24 estados. Já para os municípios, foram analisados editais e provas de 18 capitais, oferecendo uma visão representativa dos concursos em nível nacional.

A etapa inicial do estudo consistiu no levantamento completo dos editais, em que todos os disponíveis dos concursos mais recentes realizados pelas redes de ensino foram coletados e organizados. Esse levantamento permitiu identificar e sistematizar as etapas que compuseram os certames. A sistematização levou em conta os tipos de provas aplicadas, incluindo provas objetivas, discursivas, práticas (ou de desempenho didático) e de títulos.

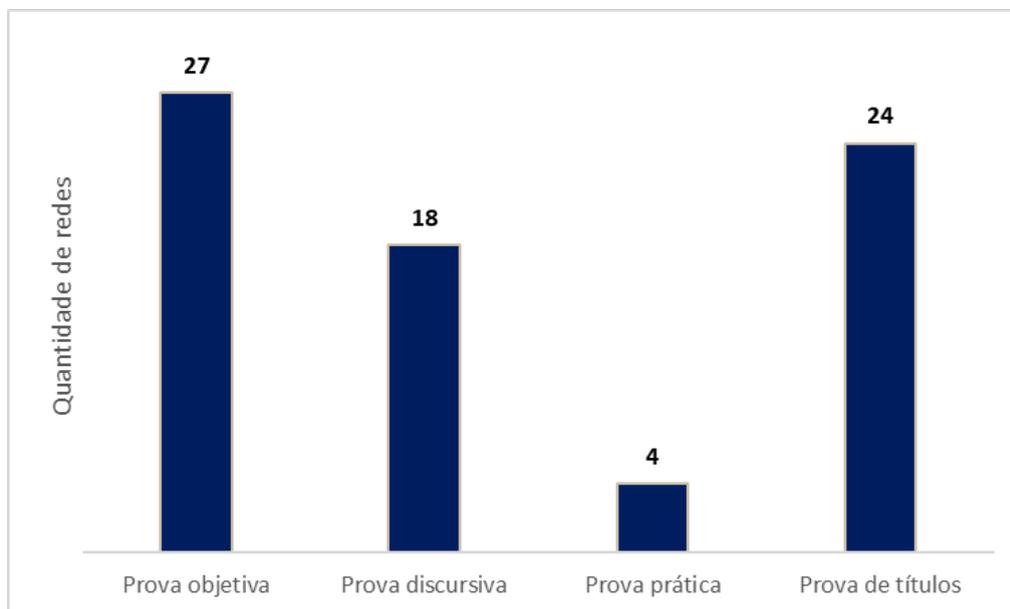
A análise das provas aplicadas pelas redes estaduais e municipais entre 2008 e 2024 possibilitou um mapeamento detalhado das exigências de conhecimento dos professores de Língua Portuguesa e Matemática. No total, foram examinadas 82 provas — 47 das redes estaduais (24 de Língua Portuguesa e 23 de Matemática) aplicadas entre 2012 e 2023, e 35 das redes municipais (18 de Língua Portuguesa e 17 de Matemática) aplicadas entre 2008 e 2024.

A seguir, serão apresentados os dados referentes aos resultados destes levantamentos.

3.1 Sistematização das etapas dos concursos

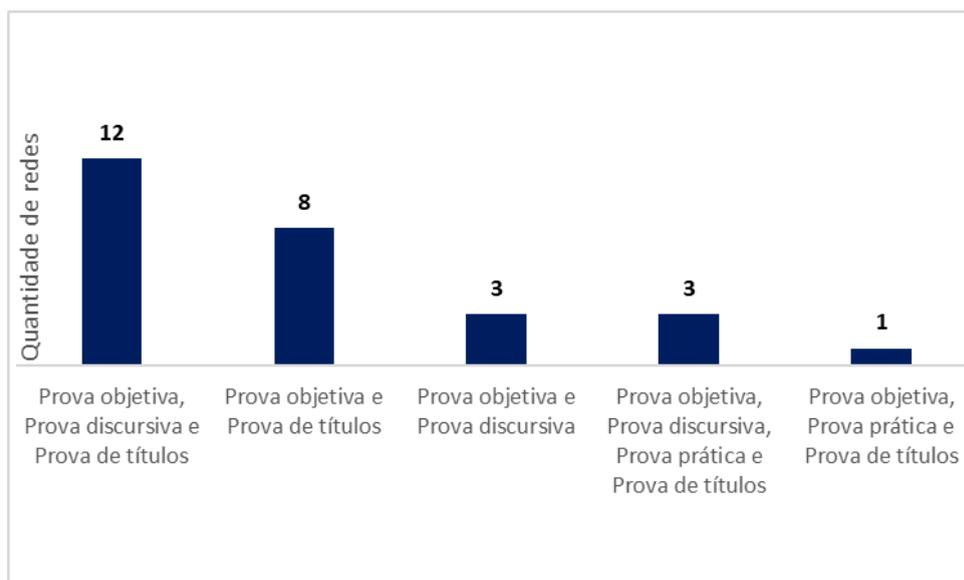
Os resultados destacam as diferentes abordagens adotadas pelas redes estaduais no que tange aos instrumentos de avaliação utilizados em seus concursos. O primeiro gráfico apresenta a distribuição da quantidade de redes estaduais que aplicam cada tipo de prova, demonstrando uma variação sobretudo na utilização da prova prática. Já o segundo gráfico indica as combinações de etapas nos concursos, revelando as principais tendências na estrutura destes certames.

Figura 1. Quantidade de redes estaduais utilizando a etapa no concurso



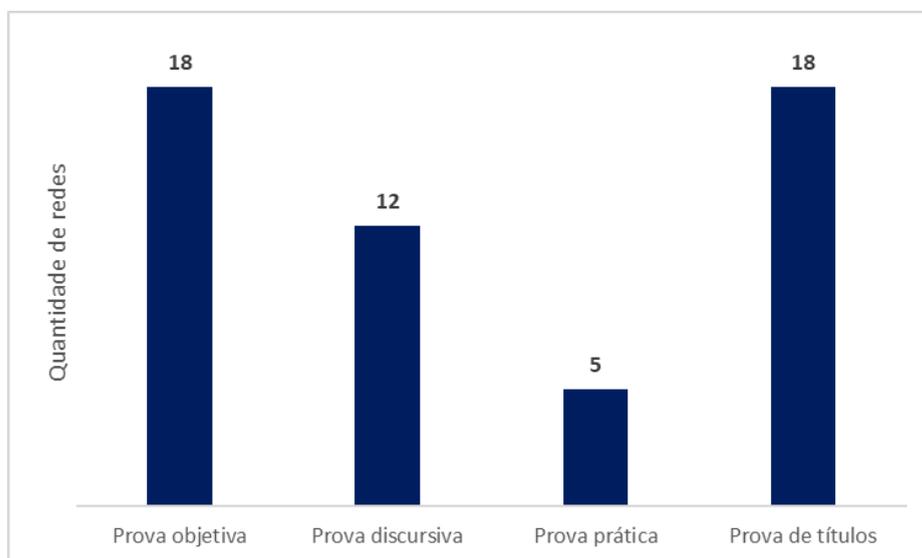
Fonte: elaboração própria, com base nos editais.

Figura 2. Composição de etapas dos concursos realizados pelas redes estaduais



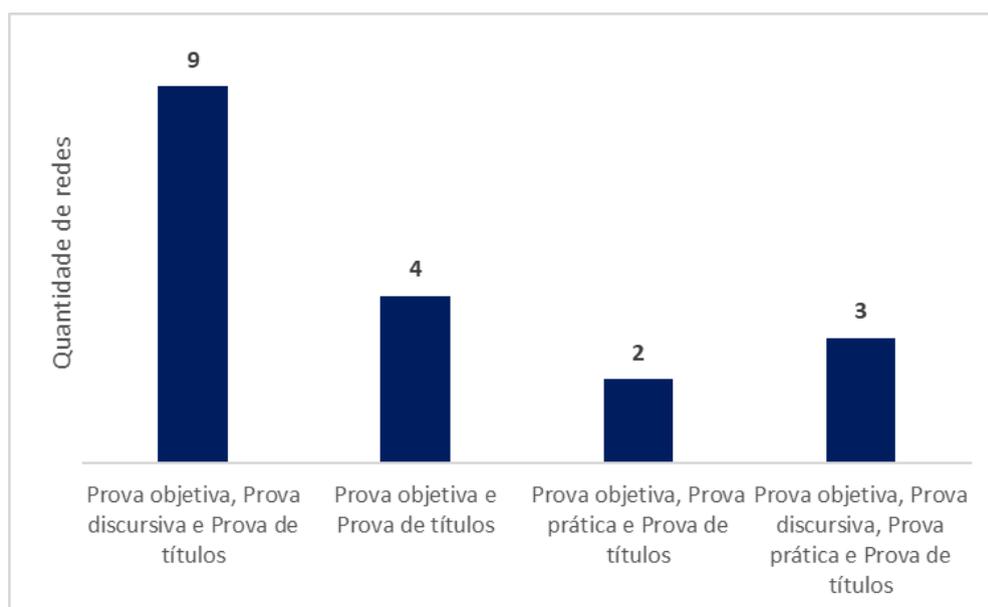
Fonte: elaboração própria, com base nos editais.

Figura 3. Quantidade de redes municipais utilizando a etapa no concurso



Fonte: elaboração própria, com base nos editais.

Figura 4. Composição de etapas dos concursos realizados pelas redes municipais



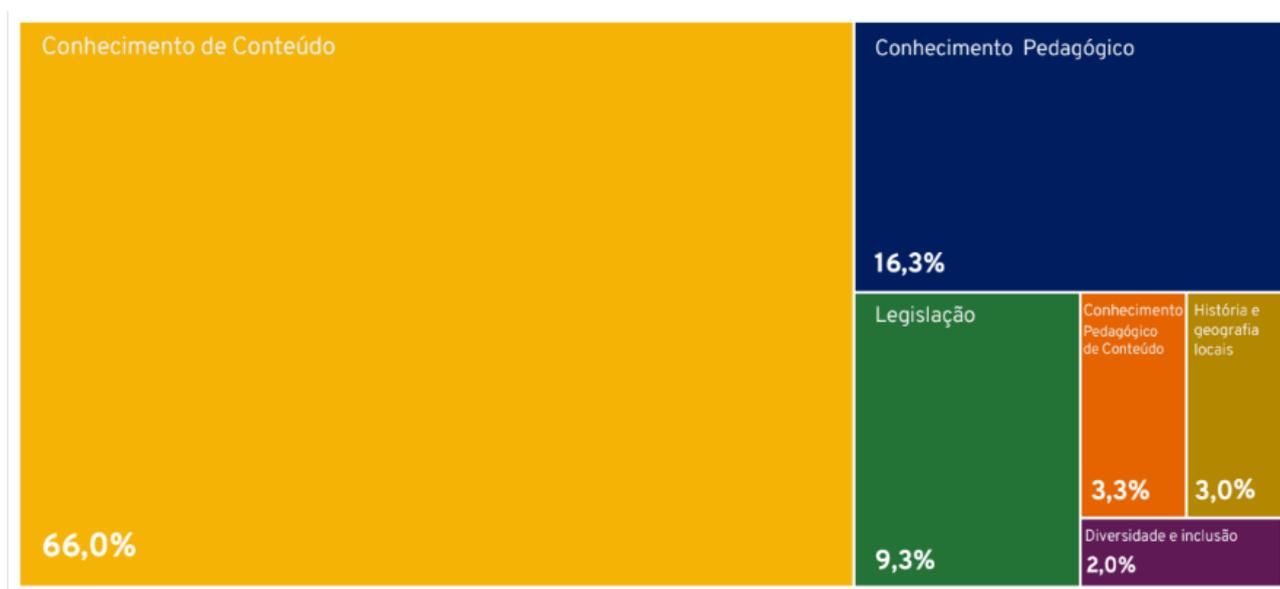
Fonte: elaboração própria, com base nos editais.

Como é possível observar, a maioria das redes de ensino ainda focam seus concursos em provas teóricas e análise de títulos, sendo que apenas 4 redes estaduais e 5 redes municipais analisadas utilizam uma prova prática como etapa de seleção.

3.2 Análise das provas objetivas

A partir da análise dos conteúdos cobrados nas questões das provas objetivas, foi possível identificar que, nas redes estaduais, a maior parte das questões (66%) se concentra em "conhecimento de conteúdo" (ou "conhecimento disciplinar"), seguidas de 16,3% sobre "conhecimento pedagógico", 9,3% sobre "Legislação", 3,3% classificadas como "conhecimento pedagógico de conteúdo", 3% de "história e geografia locais" e 2% sobre "diversidade".

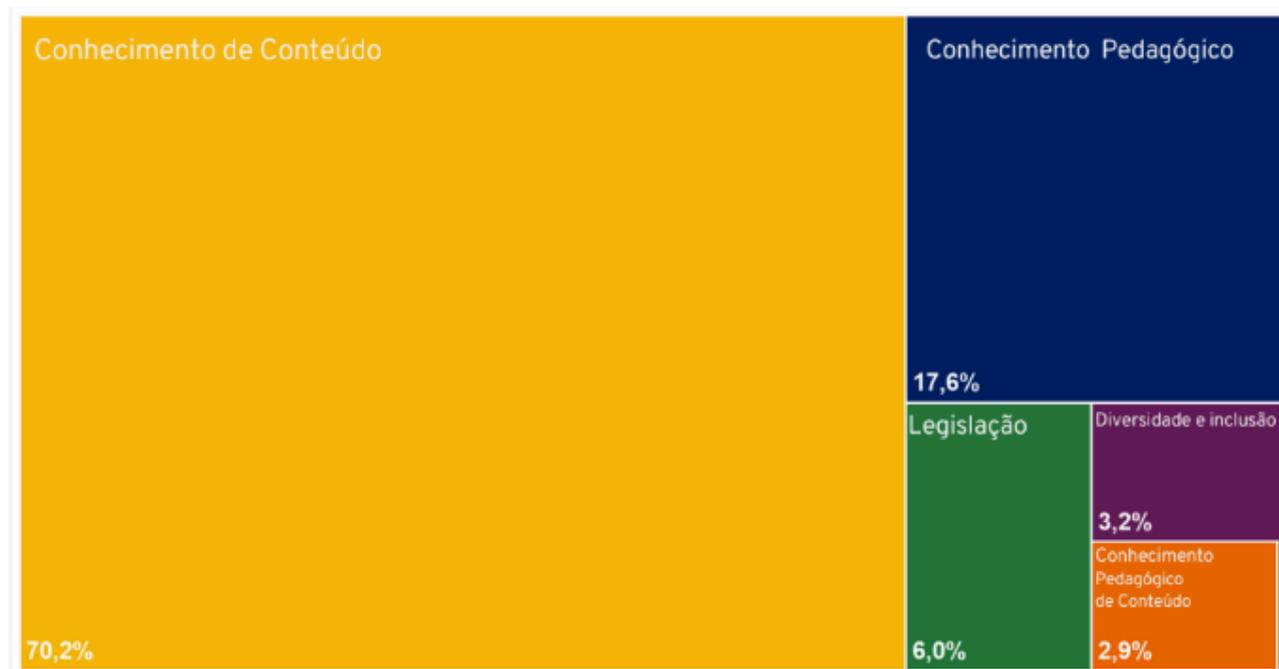
Figura 5. Composição dos conteúdos das provas dos concursos públicos das redes estaduais para professores de Língua Portuguesa e Matemática



Fonte: elaboração própria, com base na análise das questões das provas objetivas.

Nas redes municipais, constatou-se uma distribuição semelhante, com 70,2% das questões voltadas para 'conhecimento de conteúdo', 17,6% para 'conhecimento pedagógico', 6% para 'Legislação', 3,2% para 'diversidade', 2,9% para 'conhecimento pedagógico de conteúdo' e 0,1% para 'história e geografia locais'.

Figura 6. Composição dos conteúdos das provas dos concursos públicos das redes municipais para professores de Língua Portuguesa e Matemática



Fonte: elaboração própria, com base na análise das questões das provas objetivas.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A pesquisa mostra que a maioria das redes de ensino ainda focam seus concursos em provas teóricas e análise de títulos. Diversos estudos indicam que não há evidências de que a titulação acadêmica dos professores tenha um impacto positivo direto na aprendizagem dos alunos e processos seletivos eficientes utilizam diversas ferramentas e métodos de avaliação, pois nenhuma etapa isolada é suficiente para identificar os melhores professores (Clotfelter et al., 2007a, 2010; Aronson et al., 2007; Coenen *et al.*, 2018; Rockoff *et al.* 2011).

Nesse sentido, provas objetivas e dissertativas são componentes essenciais e recomendáveis em qualquer processo seletivo. No entanto, essas provas não bastam para aferir competências e habilidades práticas ligadas ao exercício da docência. O uso de múltiplos instrumentos é importante para se obter uma visão mais abrangente e precisa das habilidades e competências

dos candidatos (Elaçua *et al*, 2024). A inclusão de uma etapa de avaliação prática, como a realização de uma aula demonstrativa, pode enriquecer a seleção ao permitir uma análise de habilidades fundamentais para a prática profissional, como o planejamento de atividades pedagógicas e a gestão do ambiente de aprendizagem.

Quanto à distribuição das questões nas provas de concursos públicos para professores, a pesquisa evidencia uma continuidade em relação aos achados de Gatti (2009)⁵. No referido estudo, ficou claro que o foco das provas de concurso analisadas na época estava predominantemente sobre o conhecimento de Legislação e conteúdos específicos do Ensino Básico, enquanto as questões que abordavam a prática docente eram praticamente inexistentes.

Passados mais de 15 anos, os dados do presente estudo confirmam que essa tendência persiste: as questões sobre “conhecimento de conteúdo” ainda representam a maioria, tanto nas redes estaduais (66%) quanto nas municipais (70,2%), ao passo que questões sobre “conhecimento pedagógico de conteúdo” representam apenas 3,3% e 2,9%, respectivamente. Essa comparação entre os dois estudos sugere que, apesar das extensas discussões sobre a importância de práticas pedagógicas mais integradas e contextualizadas, as provas utilizadas para selecionar professores continuam a priorizar conhecimentos específicos das disciplinas, com pouca ênfase em práticas e habilidades voltadas para o ambiente de sala de aula.

É inegável a importância de que o professor domine o conteúdo que ensinará. Contudo, o “saber ensinar” é igualmente indispensável, pois é essa competência que potencializa o aprendizado dos estudantes, favorecendo um ensino significativo. A análise das provas revela uma oportunidade de aperfeiçoamento desses instrumentos de seleção, com destaque para a necessidade de uma composição mais equilibrada, onde as questões de conteúdo disciplinar não representem 60% ou 70% das provas. É essencial que sejam incluídas questões que contextualizem a prática docente no cotidiano da sala de aula, estimulando o professor a refletir sobre as estratégias pedagógicas mais adequadas para ensinar conteúdos específicos.

A recente reformulação do Enade para os cursos de licenciatura representa uma oportunidade de construção de uma matriz nacional que oriente não apenas o próprio exame, mas também a estruturação de futuros concursos públicos de professores e os cursos de formação inicial docente. Essa diretriz unificada pode contribuir para a seleção de profissionais com um perfil mais alinhado às necessidades das redes de ensino.

Em síntese, para o aperfeiçoamento dos concursos públicos de professores no Brasil, recomenda-se:

⁵ É importante destacar que a amostra e as categorias de análise utilizadas por Gatti (2009) são diferentes das utilizadas neste estudo e, portanto, apenas comparações gerais são possíveis.

Para o concurso público em geral:

- Incluir uma etapa de prova prática, de maneira que seja possível avaliar as competências docentes e o conhecimento pedagógico do conteúdo de forma mais aprofundada.

Para as provas objetivas:

- Aumentar o número de questões que tratem sobre conhecimento pedagógico do conteúdo, que é o cerne das competências docentes (conhecer o currículo e como ensiná-lo), investindo na criação de bancos de itens qualificados. Isso implica em elaborar questões que considerem as especificidades da área para a qual o concurso destina-se a selecionar docentes (como Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, entre outras), promovendo avaliações que valorizem a interseção entre o conhecimento específico e sua aplicação no ensino dos estudantes;
- Fazer uma distribuição mais equilibrada entre as categorias que as compõem, diversificando também os conteúdos abordados em cada eixo temático;
- Ampliar o quantitativo de questões sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais, atualmente quase ausentes nas provas, o que representaria um avanço para a efetivação desse tema essencial na realidade brasileira;
- Priorizar temas fundamentais que o professor precisa dominar ao ingressar na rede pública de ensino, reduzindo o número de questões sobre normas administrativas ou burocráticas que não sejam essenciais para o exercício da docência.

REFERÊNCIAS

AARONSON, D.; BARROW, L. & SANDER, W. (2007). Teachers and Student Achievement in the Chicago Public High Schools. *Journal of Labor Economics*, 25: 95-135.

BORN, Bárbara; MORICONI, Gabriela; GIMENES, Nelson; BEGO, Amadeu; MATOS, Daniel; MORALLES, Vagner. Projeto de Reformulação do Enade Licenciaturas. 2022.

CARLSON, J.; DAEHLER, K. R. Repositioning of PCK in teachers' professional knowledge: The Refined Consensus Model of PCK. In: HUME, A.; COOPER, R.; BOROWSKI, A. (Eds.). *Repositioning Pedagogical Content Knowledge in Teachers' Professional Knowledge*. Sydney, Australia: Springer, 2018. Cap. 2.

COENEN, J. et al. (2018). Teacher characteristics and their effects on student test scores: A systematic review. *Journal of Economic Surveys*, v. 32, n.3, p. 848-877.

CLOTFELTER, C. T.; LADD, H. F.; VIGDOR, J. L. Teacher credentials and student achievement: longitudinal analysis with student fixed effects. *Economics of Education Review*, Cambridge, v. 26, p. 673-682, 2007

_____. (2010). Teacher credentials and student achievement in high school: a cross subject analysis with fixed effects. *Journal of Human Resources*, Madison, n. 45, p. 655-68.

DARLING-HAMMOND, Linda; BRANSFORD, John. Preparando os professores para um mundo em transformação: o que devem aprender e estar aptos a fazer. Porto Alegre: Penso, 2019.

ELACQUA, Gregory; NASCIMENTO, Danielle; SCATIMBURGO, Pe. Como as redes municipais e estaduais selecionam e alocam seus professores: uma pesquisa diagnóstica no Brasil. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2020

GATTI, Bernardete A.; NUNES, Marina Muniz R. Formação de professores para o Ensino Fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

INSTITUTO PENÍNSULA; PROFISSÃO DOCENTE (Orgs.). O papel da prática na formação inicial dos professores. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2019.

MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE. Seleção de Professores. Reflexões e boas práticas para aprimoramento dos concursos públicos. 2023.

ROCKOFF, Jonah E.; JACOB, Brian A.; KANE, Thomas J.; STAIGER, Doug. Can You Recognize an Effective Teacher When You Recruit One? *Education Finance and Policy*, v. 6, n. 1, p. 43-74, 2011.

ANEXO

Figura 7. Composição dos conteúdos das provas dos concursos públicos das redes estaduais para professores de Língua Portuguesa, incluindo subcategorias

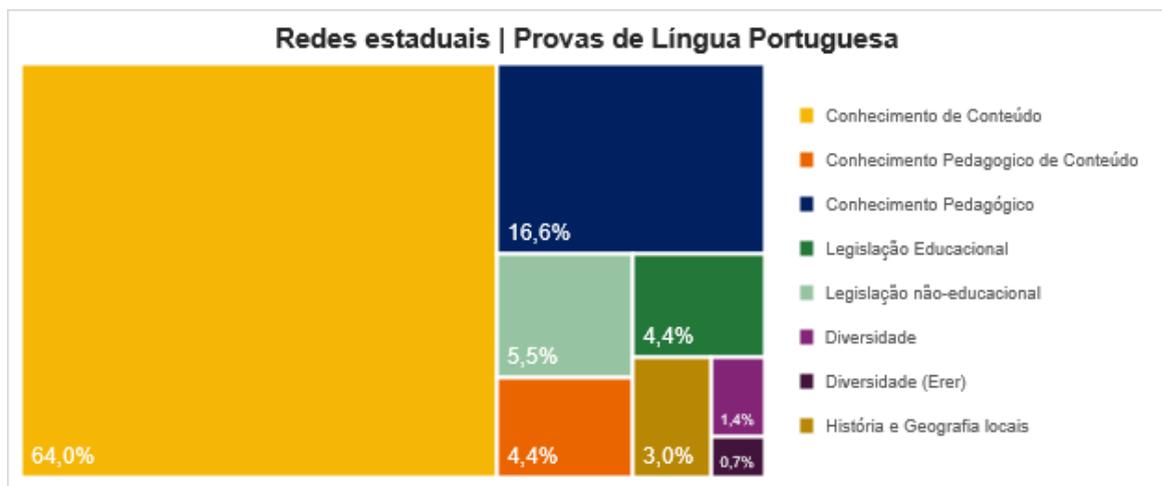


Figura 8. Composição dos conteúdos das provas dos concursos públicos das redes estaduais para professores de Matemática, incluindo subcategorias

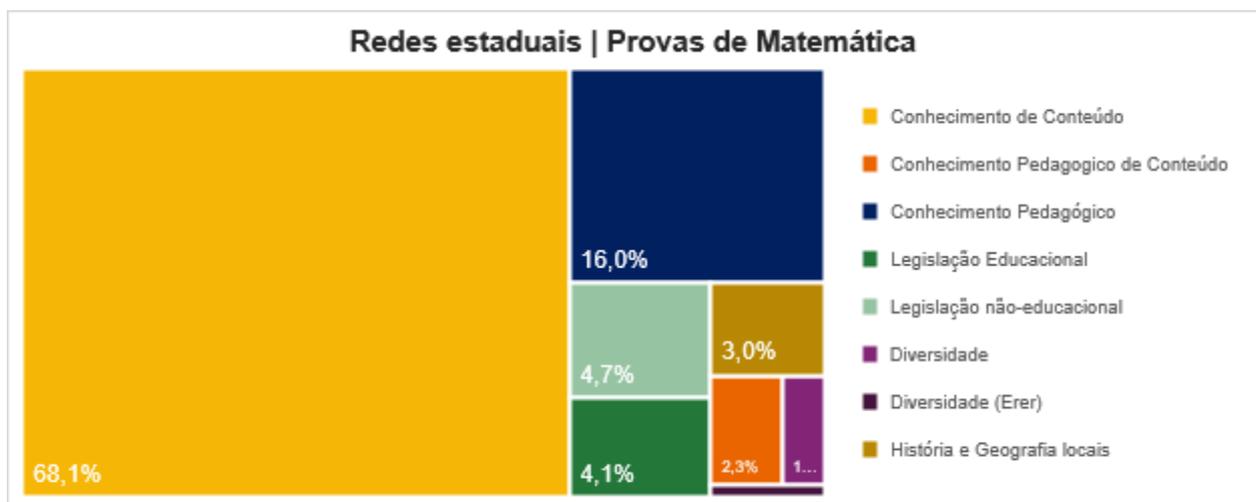


Figura 9. Composição dos conteúdos das provas dos concursos públicos das redes municipais para professores de Língua Portuguesa, incluindo subcategorias

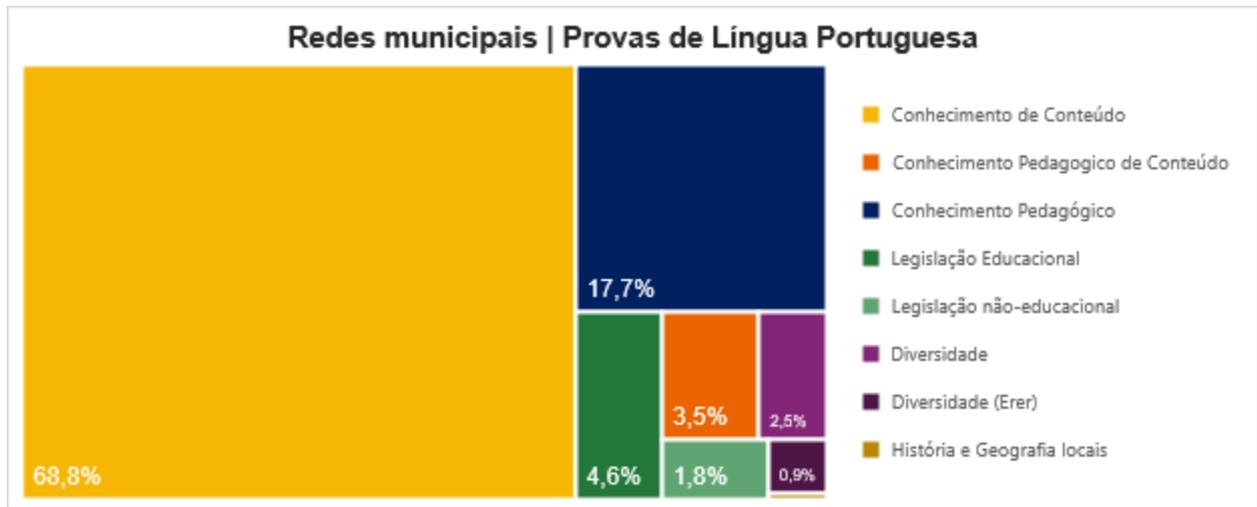


Figura 10. Composição dos conteúdos das provas dos concursos públicos das redes municipais para professores de Matemática, incluindo subcategorias

